

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



03/07/2019
QUARTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Passadas as votações da Assembleia, duodécimo deve voltar à pauta

Passadas as votações dos projetos de lei que preveem autorizações para o Estado de Goiás aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e tomar empréstimo de R\$ 230 milhões junto ao Tribunal de Justiça, que devem ser encerradas hoje, devem ser retomadas, mesmo no recesso, as conversas sobre o duodécimo da Assembleia Legislativa. Ao menos é essa a expectativa do presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), segundo o qual o assunto foi deixado de lado nos últimos dias por conta da complexidade das matérias analisadas pelos deputados desde a semana passada. A coluna apurou que a proposta discutida pelo peesebista, apresentada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), incluiu não cobrar os valores não repassados ao Legislativo neste ano até agora (cerca de R\$ 80 milhões). Mas desde que a Assembleia consiga capitalizar com estes recursos, destinando-os para áreas específicas, a exemplo do que acontece com emendas parlamentares.



Adesão ao RRF dispensa aval do Legislativo

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

As regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) - plano de socorro federal a Estados em situação financeira grave - não exigem lei de autorização para pedido de ingresso no programa, segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A Assembleia Legislativa de Goiás está realizando autoconvocação (sessões extraordinárias em período de recesso) para apreciar o projeto enviado pelo governo estadual que o autoriza a aderir ao RRF. A matéria foi aprovada ontem (1º) em primeira votação.

A STN informou que a Lei Complementar nº 159/2017, que instituiu o RRF, exige um conjunto de leis relacionadas às medidas de ajuste de receitas e despesas que os Estados interessados terão de adotar para conseguir o ingresso. "Se o Estado quiser fazer o pré-acordo, não precisa trazer leis agora. Depois ele vai ter de pedir a adesão e trazer todas as leis do art. 2º da LC 159/17", afirmou o Tesouro, por meio da assessoria.

As medidas do artigo 2º são autorização de privatização de empresas dos setores finance-



Deputados Bruno Peixoto, Humberto Aidar e Lissauer Vieira: matéria foi aprovada em primeira votação

ro, de energia, de saneamento; adoção das regras previdenciárias disciplinadas em lei federal; redução de incentivos ou benefícios fiscais em 10%; revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais; instituição de regime de previdência complementar; proibição de realizar saques em contas de depósitos judiciais; e autorização para realizar leilões de pagamento.

O secretário da Casa Civil, Anderson Máximo, afirma que de fato não há exigência de lei de autorização, mas houve "opção política" no pedido ao Legislativo. "O governador Ronaldo Caiado tem buscado a participação de todos os poderes em todas as pautas relacionadas às dificuldades financeiras. O projeto tem a ver com esse empenho em envolver os poderes, em garantir mais

diálogo e participação", diz.

Segundo o secretário, ainda não há decisão sobre o pacote de medidas que o Estado terá de aprovar na Assembleia, aí sim de acordo com o RRF. Não se sabe ainda se o plano irá em um só pacote de projetos ou separadamente.

A STN informou que enviou ofícios no fim da semana passada ao Estado de Goiás com as

orientações sobre o pedido de adesão ao RRF e os efeitos da liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e aguarda o retorno do Estado. A liminar permitiu ao Estado suspender o pagamento de dívidas com bancos federais por seis meses, sem sanções previstas nos contratos, e que Goiás peça o ingresso no RRF.

O Tesouro disse ainda que a liminar do Supremo não altera o rito para a adesão. Em janeiro, a equipe econômica do governo federal havia informado que o prazo para avaliação e adesão ao RRF é de seis meses.

Além da aprovação do conjunto das sete medidas, o Estado terá de apresentar um plano de ajuste que quantificará o impacto previsto de cada medida nas receitas e despesas, e apontará a perspectiva de ajuste das contas e o prazo necessário para que sejam atingidas as metas de ajustamento. O RRF tem prazo de até três anos, podendo haver prorrogação por igual período.

Na Assembleia, houve questionamentos de opositoristas e de aliados sobre a necessidade da lei de autorização e do risco de ela ser utilizada no futuro para cobranças do Executivo sobre os próximos passos do RRF.

Wildes Barbosa



Governo comemora aval da Alego

Governador comemorou recentes vitórias, em primeira votação, na Assembleia Legislativa

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), comemorou a aprovação, em primeira votação, de dois projetos de interesse de sua gestão. Os processos em questão são a aprovação da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e do empréstimo de R\$ 230 milhões junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), para pagamento dos servidores.

Pregando união entre os Poderes, o governador comemorou o aval dos deputados para que, tanto aderisse ao RRF, quanto ao empréstimo. “Precisamos que todos os Poderes abracem o sentimento de recuperação da condição financeira e fiscal do Estado de Goiás. Agora, espero abrir oportunidades para que a gente possa, o mais rápido possível, contrair empréstimos, avalizados pelo Governo Federal, para superarmos essas dificuldades”, assinalou o governador.

Regras

Ao explicar as regras que o Estado precisa cumprir para aderir ao RRF, Caiado disse que vai seguir as resoluções exigidas pelo Governo Federal, e que foram aprovadas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. “Como tal, não tem nada que seja de autoria minha. Ali, é de autoria do Supremo Tribunal Federal, que deferiu uma liminar, dizendo a situação calamitosa que vive o Estado do ponto de vista fiscal”, esclareceu.

Sobre as críticas de que “o remédio do RRF é amargo”, o governador ressaltou que essa “é a fatura que deixaram para o povo goiano pagar”. “Eles [ex-governadores e a oposi-

ção] construíram isso. Eles são responsáveis por essa fatura que o povo goiano está pagando. Nada mais do que a fatura pelo total desrespeito ao dinheiro público nos últimos 21 anos”, sublinhou.

Sobre os salários atrasados e o empréstimo, o governador adiantou que a solução para continuar quitando a folha e os salários atrasados herdados da última gestão é o empréstimo que foi aprovado em primeira votação. “Contei com todo apoio por parte do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que entenderam neste momento a incapacidade do Estado em poder arcar com a folha de pagamento”, completou. O empréstimo ocorrerá em duas parcelas. Uma agora no valor de R\$ 115 milhões e outra de mesmo valor, em agosto.

“O Estado chegou numa situação que nós precisávamos buscar alternativas para quitarmos a folha de pagamento (junho) mais a parcela de dezembro e metade de novembro que não foram pagas pelo governo anterior. E para isso, precisamos de um complemento de folha de R\$ 115 milhões agora e precisaremos também de R\$ 115 milhões no mês de agosto. Essa é a condição de podermos quitar 100% da nossa folha”, concluiu.

Expectativa

Com o empréstimo aprovado e com o aval para a adesão ao RRF em segunda votação, Caiado acredita que há a possibilidade de o Estado sair da condição de bloqueio por parte do Tesouro Nacional. “Destá forma, passa a ser possível que Goiás contraia empréstimos tendo o Governo Federal como avalista, possibilitando a realização de novos investimentos”, disse Caiado.



Ronaldo Caiado prega união entre os Poderes e voltou a criticar finanças do Estado

Projeto foi aprovado após sessões na sexta e segunda-feira

O projeto do Governo de Goiás para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em conjunto com o empréstimo junto ao Tribunal de Justiça e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) só foram aprovados após a convocação de cinco sessões extraordinárias na Alego, além de outras reuniões extraordinárias nas comissões Mista e de Constituição, Justiça e Redação.

O projeto de adesão ao RRF foi aprovado para que o Estado participe do plano por três anos (até metade do último mandato de Caiado). Foram 24 votos favoráveis e dez votos contrários para a adesão, que foi amplamente debatida na Casa, inclusive com vários pedidos de vista e de votos em separado, para

tentar emendar o projeto, que precisou de várias sessões para a aprovação.

O que o Plenário aprovou, nesta noite, foi o texto contido no voto do líder do Governo na Alego, deputado Bruno Peixoto (MDB), que acatou uma emenda do deputado Álvaro Guimarães (DEM), que modificou, por meio do relatório do deputado Dr. Antonio (DEM). No texto em questão, Álvaro Guimarães propõe a supressão do artigo 2º e de adequação da redação do projeto. A redação suprimida previa que o Plano de Recuperação envolveria ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, suas administrações direta e indireta.

A segunda e definitiva

etapa de apreciação será realizada hoje, durante sessão ordinária convocada pelo presidente da Casa, deputado Lissauer Vieira (PSB), para às 9 horas. Caso aprovado, o texto irá para a mesa do governador, para a sanção.

LDO

Também de autoria do governo, a LDO para o exercício de 2020 foi aprovada na última segunda-feira (1o). A matéria foi dividida em duas votações em razão de destaque para emenda apresentada pelo deputado Cláudio Meirelles (PSC). Foi aprovada a matéria baseada no relatório do deputado Jefferson Rodrigues (PRB), mas o destaque proposto foi rejeitado pela maioria dos parlamentares.



Obras paradas sob investigação

Com o intuito de abrir uma comissão para investigar as obras públicas paradas, Frente Parlamentar se reuniu nesta terça-feira

A Câmara Federal reuniu ontem (2), pela primeira vez, os deputados da Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País. São cerca de 14 mil obras federais paradas em todo o País.

Para chegar a este quantitativo, o Tribunal de Contas da União (TCU), apresentou um estudo em que foram analisadas 38 mil obras federais para chegar neste número. Em Goiás, 43% das obras federais estão paralisadas.

A nível estadual, de acordo com o secretário de Governo (Segov), Ernesto Roller, no início da sua administração, havia cerca de 312 obras paradas somente do Programa Goiás na Frente. A motivação seria a falta de repasses de verbas do Estado para os municípios, e que só poderiam retomá-las caso houvesse dinheiro em caixa. Entre as obras, inclusive, está a construção da Leste-Oeste, que foi leiloadada no dia 30 de julho para angariar fundos.



Presidente do Supremo, Dias Toffoli disse que cabe ao Judiciário encontrar formas de solucionar os problemas judiciais

A reunião contou com a presença do presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e de outros membros.

A sessão também tinha a previsão de receber o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM) que tinha, inclusive, previsão de participar da reunião. No entanto, ele não esteve presente.

Presidida pela deputada goiana Flávia Moraes (PDT), que abriu a reunião. De acordo com a apresentação da

pauta da reunião, existem cerca de 14 mil obras públicas paradas no Brasil que, segundo o TCU, estão paralisadas no Brasil. Este, seria o intuito da Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País, investigar estas motivações.

O intuito é investigar quais seriam as motivações dos abandonos por parte das empresas e quais seriam as dificuldades orçamentárias, os efeitos negativos das obras inacabadas vão bem além da sua não disponibilidade, afetando a economia local e na-

cional. Os parlamentares que-rem identificar se há um impacto significativo sobre o PIB.

Atuação

De acordo com a pedetista, uma das medidas que devem ser sugeridas pela Frente Parlamentar para evitar os recorrentes atrasos nos projetos de infraestrutura é a criação de um cadastro nacional que inclua todas as empreendimentos que são financiados com recursos públicos. O objetivo seria reunir em um único sistema todas as informações referentes aos projetos e empreendimentos que seguem paralisados.

A deputada também acredita que, entre as ações para serem articuladas pela Frente Parlamentar, uma delas é o avanço do projeto da nova Lei de Licitações, que cria um seguro-garantia para as grandes obras. A proposta, segundo Flávia Moraes, pode minimizar os riscos durante a execução dos projetos, garantindo a sua conclusão e reduzindo atrasos. "Os seguros podem evitar o lançamento de empreendimentos com problemas estruturais, atraso na entrega, baixa qualidade de materiais e falência das empresas contratadas", pontuou.

Obras paradas por problemas judiciais são poucas

Segundo o presidente do STF, motivações judiciais para a paralisação de obras são pequenas, no entanto precisam de um olhar diferenciado do Sistema Judiciário, para agilizar o andamento das obras. "Cabe ao judiciário encontrar meios para solucionar estas questões", afirmou o ministro.

Toffoli, que apresentou dados do TCU, afirmou que as pendências judiciais não representam a principal motivação para os embargos em

obras federais. Estes empreendimentos parados são apenas 23% das paralisações das grandes obras federais, de acordo com o ministro. A nível estadual acentuam-se para 1,2% das paralisações em obras estaduais. "Os números são pequenos, mas envolvem grandes obras", conforme o ministro, que vê que o principal prejudicada é a educação, que ficou está com cerca de 2,1 mil obras paralisadas.

"Esse levantamento ainda

está sendo realizado e cabe ao Poder Judiciário buscar meios de solucionar os impasses jurídicos. O diagnóstico deve ser concluído até o próximo mês, mas a partir dos dados obtidos. Agora, nos aproximamos de outros órgãos, para buscar estratégias para retomada do desenvolvimento econômico e social do país", disse o ministro.

A deputada também lembrou as obras na educação que estão paralisadas em Goiás. Se-

gundo a pedetista, existem centenas de obras federais paradas em Goiás. "Em águas Lindas, por exemplo, tem alunos que estudam no quarto turno, por falta de espaço de escola. E tem quatro escolas paralisadas, concluiu a deputada afirmando que esta questão traz um "transtorno muito grande".

Faltam informações

A deputada também questionou se a quantidade de números é real. "O cadastro atual

do TCU não retrata a realidade e é deficitário de informações. E é por este motivo que precisamos de um levantamento centralizado e integrado para que o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e os órgãos de fiscalização e controle possam, em uma operação articulada e planejada, buscar soluções para o atraso das obras públicas que causam grandes impactos econômicos e sociais para o Brasil", argumentou a parlamentar.



“Todos os Poderes devem se unir pela recuperação de Goiás”

Alego liberou Executivo para requerer empréstimo de R\$ 230 milhões junto ao TJGO para pagamento dos servidores

Helton Lenine

O governador Ronaldo Caiado enalteceu a união de todos os Poderes ao comentar o empenho da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) na recuperação do Estado. O Legislativo aprovou, em primeira votação, o projeto de lei que viabiliza a adesão do Estado de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal.

Os deputados também deram aval para que o Executivo contraia empréstimo de R\$ 230 milhões junto ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO). “Precisamos que todos os Poderes abracem o sentimento de recuperação da condição financeira e fiscal do Estado de Goiás. Agora, espero abrir oportunidades para que a gente possa, o mais rápido possível, contrair empréstimos, avalizados pelo Governo Federal, para superarmos essas dificuldades”, assinalou o governador, que esteve na Assembleia na noite de segunda-feira (01/07) para o lançamento do livro do jornalista goiano Ivan Mendonça.

Ao explicar as regras que o Estado precisa cumprir para aderir ao RRF,



Ronaldo Caiado: Goiás coeso para buscar saída à crise financeira

Caiado deixou claro que as resoluções são do Governo Federal, aprovadas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. “Como tal, não tem nada que seja de autoria minha. Ali, é de autoria do Supremo Tribunal Federal, que deferiu um liminar, dizendo a situação calamitosa que vive o Estado do ponto de vista fiscal”, esclareceu. Sobre as críticas de que “o remédio do RRF é amaro”, o governador ressaltou que essa “é a fatura que deixaram para o povo goiano pagar.” “Eles [ex-governadores e oposição] construíram isso. Eles são responsáveis por essa fatura que o povo goiano está pagando. Nada mais do que a fatura pelo total desrespeito ao dinheiro público nos últimos 21 anos”, sublinhou.

Caiado adiantou que a solução para continuar quitando a folha e os salários

atrasados herdados da última gestão é o empréstimo junto ao Tribunal de Justiça, no valor de R\$ 230 milhões. “Contei com todo apoio por parte do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, que entenderam neste momento a incapacidade do Estado em poder arcar com a folha de pagamento”, completou. O empréstimo ocorrerá em duas parcelas. Uma agora no valor de R\$ 115 milhões e outra de mesmo valor, em agosto.

“O Estado chegou numa situação que nós precisávamos buscar alternativas para quitamos a folha de pagamento (junho) mais a parcela de dezembro e metade de novembro que não foram pagas pelo governo anterior. E para isso, precisamos de um complemento de folha de R\$ 115 milhões agora e precisaremos também de R\$ 115 milhões no mês de agosto. Essa é a condição de podermos quitar 100% da nossa folha.”

Com o empréstimo e a expectativa de aprovação de adesão ao RRF em segunda votação, Caiado explicou que há a possibilidade de o Estado sair da condição de bloqueio por parte do Tesouro Nacional. Desta forma, passa a ser possível que Goiás contraia empréstimos tendo o Governo Federal como avalista, possibilitando a realização de

novos investimentos.

novos investimentos.

POLÍTICA GOIANA

A visita à Assembleia nesta segunda-feira ocorreu para prestigiar o lançamento do livro “O Espião do Morro”, livro do jornalista Ivan Mendonça, que faz uma releitura da comunicação do poder político em Goiás. “Esta obra servirá como consulta a todos aqueles que irão relatar a história de Goiás. Ivan sempre escreveu com dados fundamentados, soube honrar a sua função de jornalista, que, com sua imparcialidade, inteligência e sua cultura, sempre fez das suas entrevistas uma verdadeira aula de política”, elogiou Caiado.

Ao agradecer a presença do governador, o jornalista lembrou que acompanhou a trajetória de Caiado, desde a presidência da UDR (União Democrática Ruralista), passando pelas eleições ao governo do Estado e também à Presidência da República. “Sempre soube que, mais cedo ou mais tarde, o senhor seria governador. O senhor haveria de realizar esse sonho de governar o Estado”, disse. “Quero que o senhor tenha muita sabedoria para resgatar a esperança dos seis milhões de goianos. Está em suas mãos resgatar isso”, salientou.

Governador garante pagamento da 4ª parcela de dezembro até dia 10

No início da noite da última segunda-feira, o governador Ronaldo Caiado (DEM) participou, na Assembleia Legislativa, para o lançamento de livro do jornalista Ivan Mendonça. Na ocasião, respondeu questões sobre matérias econômicas que tramitam na Casa.

Ele comemorou a aprovação em

primeira votação do empréstimo do TJGO para pagamento do Judiciário e disse que, com isso, poderá pagar quarta parcela de dezembro e o salário de junho até o dia 10 deste mês em sua integralidade. O governador, no entanto, não informou qual a faixa salarial contemplada nesta parcela do salário de dezembro. É a

primeira vez que a parcela da folha atrasada será paga fora do mês desde o início do escalonamento.

Sobre a aprovação do empréstimo disse: “Entenderam que neste momento há incapacidade do Estado pagar a folha de pagamento. Então este é um momento que todos os poderes abraçam esse objetivo de

recuperar a questão fiscal do Estado”.

NOTA

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Economia, afirma que o escalonamento do pagamento do mês de dezembro está mantido. “Na véspera do pagamento da quarta parcela, vamos informar a faixa salarial a ser contemplada, bem como a data que o pagamento estará na conta do servidor”.

A pasta de Economia ressalta, na nota, que todos os funcionários ativos, inativos e pensionistas dos Po-

deres Legislativo e Judiciário já receberam dezembro ainda em janeiro, bem como alguns órgãos, a exemplo do Ministério Público, TCE, TCM e Defensoria Pública.

Em outro trecho, a nota do governo lembra que, para a parcela do Executivo que não recebeu dezembro ainda em janeiro, foi feito o escalonamento em seis parcelas. “Até agora 81,89% dos servidores do Executivo já receberam dezembro nas três primeiras parcelas, o que corresponde a 140.141 servidores, de um total de 171.123”.



Alego conclui votação da LDO, RRF e inicia recesso de julho

Deputados estaduais realizam sessão extraordinária nesta quarta-feira, sem remuneração, para concluir a pauta de projetos enviados pelo Executivo e Judiciário

PORTAL DA ALEGO

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realizou, nesta quarta-feira, 3, a segunda sessão extraordinária nesta primeira semana de julho. Na oportunidade, após terem votado, na sessão de segunda-feira, 1º, dois processos em votação definitiva e ainda três outros projetos em primeira apreciação, os deputados goianos devem deliberar, desta vez, uma pauta contendo 306 matérias. A sessão desta quarta-feira terá início às 9 horas, no Plenário Getulino Artiaga.

Os processos em pauta para a reunião contemplam iniciativas parlamentares, do Tribunal de Justiça (TJ-GO), do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e da Governadoria. São 19 processos em fase de votação definitiva, 88 em fase de primeira votação e 134 projetos de lei com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo encaminhados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). A pauta traz também 12 projetos parlamentares com pareceres contrários, 2 encaminhamentos de contas do TCE para apreciação em fase única, e também 51 vetos do Governador a projetos de lei aprovados anteriormente na Casa.

Em fase de segunda discussão e votação destacam-se os processos nº 2351/19 e 3843/19, ambos de autoria da Governadoria. O primeiro deles trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020, e o outro da entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do Governo Federal, pelo prazo de 36 meses. Já de iniciativa do TJ-GO, destaca-se para votação definitiva o processo



Lissauer Vieira e Ernesto Roller: diálogo

de nº 4001/19 que busca autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimo do tribunal no montante de R\$ 230 milhões. As três propostas foram aprovadas de primeira votação durante reunião extraordinária realizada nessa segunda-feira, 1º.

O secretário Ernesto Roller (Governo) esteve ontem na Assembleia Legislativa para acompanhar a votação das matérias de interesse do governo Caiado. Conversou com o presidente Lissauer Vieira, com os líderes das bancadas e com parlamentares da base governista.

LDO

A matéria que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020 traz emendas,

supressivas e modificativas, que foram inseridas durante a tramitação da matéria na Casa. As emendas tratam de dotação orçamentária para investimentos em infraestrutura rodoviária, do orçamento da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas dos Municípios, da ampliação a proteção social a pessoas com deficiência, e da inclusão de programas prioritários na análise e liberação de recursos orçamentários e financeiros da Junta de Programação Orçamentária e Financeira (Jupof).

RECUPERAÇÃO FISCAL

O projeto do RRF prevê redução temporária no pagamento das dívidas com a União em troca de ajust-

tes fiscais, como privatizações, proibição de contratação e de reajustes salariais. O objetivo é reequilibrar as contas e dar ao Estado capacidade de investimento. O RRF tem vigência de três anos, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

TJ-GO

O projeto de nº 4001/19, também será apresentado para segunda votação nesta quarta-feira, 3. Seu texto autoriza empréstimo do Tribunal de Justiça de Goiás ao Poder Executivo, no montante de R\$ 230 milhões. O pleito se dá em razão da calamidade financeira de Goiás, segundo afirmação do governador Ronaldo Caiado (DEM).

O objetivo é que os compromissos

com o pagamento pela prestação dos serviços públicos essenciais, da mesma forma a quitação da folha dos servidores do Poder Judiciário dos meses de junho e julho de 2019, sejam honrados. Os recursos são do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (Fundesp).

No documento encaminhado ao Legislativo, o Executivo informa que o montante será reembolsado, integralmente, no exercício financeiro de 2019, bem como que o repasse ao Tesouro ocorrerá em duas parcelas de R\$115 milhões, nas datas de 5 de julho e de 5 de agosto de 2019. A devolução deverá ocorrer em quatro parcelas iguais, a partir de setembro deste ano, no dia 20 de cada mês.

RECESSO PARLAMENTAR

Após a votação das matérias, a Assembleia Legislativa deverá dar por finalizado o período de convocação extraordinária do Parlamento, feita pelo governador Ronaldo Caiado, e entrará em período de recesso parlamentar. O chefe do Executivo convocou os deputados a reunirem-se para apreciar matérias urgentes para Goiás.

O recesso é a suspensão das atividades parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e período no qual não ocorrem as sessões ordinárias. Não havendo convocação para sessão legislativa extraordinária, o recesso ocorre nos períodos de 1º a 31 de julho e de 18 de dezembro a 15 de fevereiro. Para haver o recesso de julho, é necessário, porém, que a Casa aprove antes o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Flávia Morais: apoio à Frente Parlamentar das Obras Paradas

Presidente do STF, Dias Toffoli e o ministro do TCU Vital do Rêgo participam do lançamento do movimento que vai buscar soluções para os projetos que seguem inacabados pais afora

Helton Lenine

Atualmente, cerca de 14 mil obras públicas, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), estão paralisadas no Brasil. Para investigar os efeitos negativos e buscar soluções jurídicas para esse problema crônico, a Câmara dos Deputados lançou, ontem, a Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País, que será presidida pela deputada federal Flávia Morais (PDT-GO), principal articuladora dessa pauta no Congresso. O lançamento, que ocorreu em Brasília, contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli.

Fruto de problemas técnicos, aban-

dono por parte das empresas e dificuldades orçamentárias, os efeitos negativos das obras inacabadas vão bem além da sua não disponibilidade, afetando a economia local e nacional — com impacto significativo sobre o PIB. Diante desse contexto, uma das medidas que devem ser sugeridas pela Frente Parlamentar para evitar os recorrentes atrasos nos projetos de infraestrutura é a criação de um cadastro nacional que inclua todas os empreendimentos que são financiados com recursos públicos. O objetivo, segundo antecipado pela deputada Flávia Morais, é reunir em um único sistema todas as informações referentes aos projetos e empreendimentos que seguem paralisados.

“O cadastro atual do TCU não retrata a realidade e é deficitário de informações. E é por este motivo que precisamos de um levantamento centralizado e integrado para que o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e os órgãos de fiscalização e controle possam, em uma operação articulada e planejada, buscar soluções para o atraso das obras públicas que causam grandes impactos econômicos e sociais para o Brasil”, argumentou a parlamentar.

Outra ação que deve ser articulada na Frente Parlamentar é o avanço do projeto da nova Lei de Licitações, que cria um seguro-garantia para as grandes obras. A proposta, segundo Flávia Morais, pode minimi-



Dias Toffoli, Flávia Morais e Vital do Rêgo: esforço para retomar obras paradas no Brasil

zar os riscos durante a execução dos projetos, garantindo a sua conclusão e reduzindo atrasos. “Os seguros podem evitar o lançamento de empreendimentos com problemas estruturais, atraso na entrega, baixa qualidade de materiais e falência das empresas contratadas”, pontuou.

Dias Toffoli, durante o lançamento, afirmou que, assim que assumiu a presidência do STF em setembro do ano passado, procurou identificar as obras que estão paralisadas em virtude de pendências judiciais. “Esse levantamento ainda está realizado e cabe ao Poder Judiciário buscar meios de solucionar os impasses jurídicos. O diagnóstico deve ser concluído até o próximo mês, mas a partir

dos dados obtidos podemos destacar que existem 2.115 obras paralisadas relacionadas à área da Educação. E agora, nos aproximamos de outros órgãos, para buscar estratégias para retomada do desenvolvimento econômico e social do país”, disse.

COMISSÃO DE OBRAS INACABADAS

Além do lançamento da Frente Parlamentar, o evento serviu para o lançamento da Comissão Externa em Defesa da Conclusão das Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País, que terá uma atuação mais técnica e vai apurar situações específicas, visitar obras e propor soluções por meio de intervenções junto aos órgãos competentes.